



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Ata



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, PARA TRATAR DO PROCESSO DE DESOCUPAÇÃO DA COMUNIDADE PORTO DO CAPIM DEFLAGRADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA ATRAVÉS DA NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 081/2019, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2019.

Às quinze horas e quarenta e dois minutos do dia onze de abril de dois mil e dezanove, no Plenário Deputado José Mariz, sob a Presidência da deputada Cida Ramos, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com o objetivo de tratar do processo de desocupação da comunidade porto do capim, deflagrado pela prefeitura municipal de João Pessoa através da notificação administrativa nº 081/2019. “Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano” a Senhora Presidente declarou aberta a sessão. Ato contínuo, convidou para tomar assento em mesa: Sra. Vereadora Raissa Lacerda; Sra. Vereadora Sandra Marrocos; Sr. Vereador Marcos Henriques; Sr. Vereador Tibério Limeira; Sr. Vereador Léo Bezerra; Sra. Adriana Rosado Maia, Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social – 13º Região; Sra. Cassandra Figueiredo, Diretora Executiva do IPHAEP; Sra. Dra. Lydianda Ferreira Cavalcante, Representando o Defensor público Geral, Sr. Ricardo José Costa Souza Barros; Sra. Rossana Holanda, Representando a comunidade Porto do Capim e a Associação de mulheres do Porto do Capim, e o Sr. José Godoy, Procurador do MPF. Em seguida, a Presidente registrou a presença do Sr. Tércio Teixeira, Sr. Diego Pessoa, Sr. Tiago Henrique, Sr. Gleison Melo, Sra. Lúcia

Andreia, Sr. Germano Lima, Sra. Adriana Rosado Maia, Sr. Wellington Correia, Sr. João Teon, Sra. Helena Tavares, Sr. Hugo Belarmino, Sr. Cel. Roberto Costa, Acampamento nova Jerusalém, Sra. Rossana Monteiro, Sra. Rosário Rolim, Sr. Gilvan Caldas, Sr. Alexandre Pereira, Sr. Iago Sarinho, Sr. Deco Gomes, Sra. Grazielle, Sra. Neide Maria, Sra. Daniela Queiroz, Sra. Vitória Horrar, Sr. Givanildo Pereira, Sr. Josias Ribeiro, Sr. Heronildo Aquino, Sr. Jardel Cabral e do Sr. João Batista. Logo após, a Presidente fez a exibição em plenário de um pequeno vídeo a respeito da comunidade Porto do Capim. Na sequência, a Presidente fez a leitura do expediente em Mesa: Requerimento nº 811/2019 com o objetivo de tratar do processo de desocupação da comunidade Porto do Capim, deflagrado pela prefeitura municipal de João Pessoa através da notificação administrativa nº 081/2019. Em oportunidade, fez também as justificativas de ausência do deputado Adriano Galdino, da deputada Estela Bezerra e do Sr. Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, todos por compromissos anteriormente agendados. Ato contínuo, a Sra. Presidente repudiou a nota emitida pela prefeitura municipal de João Pessoa, a qual colocou prazo para a comunidade local evacuar a área do Porto do Capim, citou a importância da habitação da região para a população, onde muitas famílias sobrevivem da economia local, como a pesca, principalmente, defendeu a democracia nas cidades em defesa da população, explanou a necessidade do diálogo com os moradores para apresentarem políticas públicas de melhorias e solução dos problemas da comunidade. Seguidamente, a Presidente passou a palavra para a vereadora Raissa Lacerda, onde em tribuna, saudou a todos, comentou que os parlamentares da câmara municipal tentaram combater esta medida, citou os moradores da comunidade que possuem seus valores e cultura para o local. Explanou que as famílias merecem respeito, estas têm o Porto do Capim como fonte de renda e sobrevivência, repudiou a nota emitida pela prefeitura dando prazo para a população local evacuar a área. Logo após, a Presidente passou a palavra para a Sra. Rossana Holanda, onde em tribuna, saudou a todos, repudiou o tratamento do poder público com os moradores da comunidade, a qual merece respeito e melhorias, explanou que o Porto do Capim precisa de melhorias no saneamento básico, defendeu um melhor diálogo para a criação de um projeto para beneficiar a comunidade e citou a importância da cultura local. Na sequência, a Presidente registrou as presenças da Sra. Flávia Neli, Sra. Gilvaneide Nunes, Sr. Zezinho do botafogo e da Sra. Regina Célia. Ato contínuo, a Presidente passou a palavra para o vereador Tibério Limeira,

 2



onde em tribuna, saudou a todos, explanou que os moradores do Porto do Capim merecem respeito, faltam necessidades básicas para a comunidade, repudiou a notificação imposta pela prefeitura municipal alegando não ter aviso prévio, não se teve diálogo com os moradores, citou a importância do território para as famílias e pediu a união de todos para lutar pela causa. Em seguida, a Presidente passou a palavra para a vereadora Sandra Marrocos, onde em Tribuna, saudou a todos, defendeu a moradia do povo local, não se pode retirar a história e respeito das famílias que residem no Porto do Capim, repudiou a falta de diálogo do poder público com a população, sugeriu a criação de um projeto que seja humano e beneficie toda a comunidade, comentou que a mudança para outro local prejudicam os moradores, pois as raízes ribeirinhas prevalecem no Porto do Capim. Na sequência, a Presidente passou a palavra para a Sra. Lydiana Cavalcante, Defensora Pública, onde em Tribuna, saudou a todos, defendeu a permanência da comunidade, o território é propício para a economia local, a história ribeirinha favorece a pesca, fato de subsistência e sustento para muitas famílias do local, pediu a união de todos para lutar pela causa e não sair das suas casas. Logo após, a Presidente passou a palavra para o vereador Léo Bezerra, onde em Tribuna, saudou a todos, explanou que a comunidade merece respeito, os moradores não devem sair do local, comentou que o poder público precisa de um melhor diálogo para criar um bom projeto que melhore o Porto do Capim, a população precisa colher estas melhorias. Com a palavra o vereador Marcos Henriques, onde em Tribuna, saudou a todos, elogiou a importância do debate, assim como a iniciativa da sessão, citou o alto índice do atual déficit habitacional da cidade de João Pessoa, explanou a importância do Porto do Capim para os moradores, a história do local precisa ser respeitada, assim como os moradores, repudiou a falta de diálogo com a população para apresentar soluções e melhorias para a comunidade, explanou que levar os moradores para outra região não seria uma boa solução, além de prejudicar os meios de trabalho da comunidade, muitas famílias sobrevivem da pesca. Dando continuidade, falou a Sra. Cassandra Figueiredo, Diretora Executiva do IPHAEP, onde em Tribuna, saudou a todos, defendeu a história e memória de toda a cidade de João Pessoa, o fator e o patrimônio histórico precisa ser respeitado, repudiou a retirada dos moradores do porto do capim e lamentou a falta de diálogo do poder público com as famílias do local. Na sequência, a Presidente deputada Cida Ramos disse que protocolou um projeto de lei que visa instituir a comunidade do Porto do Capim em patrimônio histórico e imaterial do estado da Paraíba. Com a

Assinatura manuscrita em azul, com o número 3 ao lado.

3

palavra o senhor Adriano Rosado que, após os cumprimentos de praxe, agradeceu a deputada pela iniciativa em tratar sobre esse tema no legislativo estadual. Falou que é assistente social e que atua no bairro do Varadouro. Falou, ainda, em tom de elogio, sobre o movimento de resistência do Porto do Capim. Dissertou que repudia de maneira ferrenha a falta de diálogo e política que vem sendo implementada no âmbito da cidade de João Pessoa. Salientou que no bairro Muçumagro ocorreu uma situação parecida no tocante à pauta desta sessão. Ainda, enquanto conselho Regional de Serviço Social, disse preocupar-se com os profissionais que estão na ponta do processo de execução de políticas públicas, pedindo observância do código de ética profissional. Com a palavra, o senhor Pedro Rossi, presidente do Instituto de Arquitetos da Paraíba. Após os cumprimentos de praxe, citou outros problemas parecidos em outras cidades, salientando a importância do combate para evitar tais problemas. Por fim, lembrou que este ano é o ano da revisão do Plano Diretor da cidade de João Pessoa. Continuando, o Senhor Germano Lima, representante da comunidade. Após os cumprimentos de praxe, agradeceu a todos os envolvidos na luta. Lembrou a forma ineficaz que a prefeitura de João Pessoa fez a notificação no Porto do Capim. Com a palavra, o senhor João Baptista, coordenador estadual de luta dos bairros. Após os cumprimentos de praxe, disse que o fórum de reforma urbana está disposto a lutar pela causa. Criticou a falta de diálogo com a prefeitura de João Pessoa. Elogiou a atuação do Procurador do Ministério Público Federal, Senhor Godoy, em situações parecidas com a demanda da sessão. Sem interrupções, o Senhor Tiago Henriques, representante do projeto de extensão empreender do centro histórico da faculdade IESP. Após os cumprimentos de praxe, falou sobre os parâmetros que o projeto irá analisar. Com a palavra o senhor Diego Pessoa, representante do movimento de moradores do Porto do Capim. Após os cumprimentos de praxe, falou que é professor de geografia e que faz parte da associação dos moradores do Porto do Capim. Registrou que fala enquanto pesquisador sobre as questões fundiárias brasileiras, no campo e na cidade. Falou sobre a sua tese de doutorado. Falou, ainda, da realidade enfrentada pela comunidade do Porto do Capim, no tocante a seus aspectos antropológicos e sociais. A senhora Lucia Andrea subiu à Tribuna. Após os cumprimentos de praxe, elogiou a Presidente da sessão. Criticou a forma como o prefeito de João Pessoa está tratando os moradores do Porto do Capim, e a falta de investimentos em outras áreas da cidade. Disse que a gestão do prefeito Luciano Cartaxo é desumana. Criticou, ainda, o Governo Federal.



Com a palavra, o senhor professor Hugo Berlamino, professor de Direito da Universidade Federal da Paraíba, falou que o Porto do Capim foi um dos primeiros projetos de extensão do qual participou na Universidade Federal da Paraíba. A fala dele relatou o trabalho da Universidade Federal da Paraíba no tocante à atuação nos pleitos do Porto do Capim. Citou um relatório sobre as violações dos direitos humanos que sofreram os habitantes da comunidade do Porto do Capim. Ressaltou que além de violações dos direitos humanos, falta também diálogo. Citou dois documentos antropológicos que atesta que a comunidade do Porto do Capim é uma comunidade tradicional. Salientou a importância das entidades que estão presentes a sessão. A Presidente Cida Ramos salientou que soube que a prefeitura de João Pessoa não tem argumentos políticos, jurídicos e ambientais para impor a retirada dos moradores do Porto do Capim. Dando continuidade, a senhora Darci, representante da associação de mulheres do Porto Capim, após os cumprimentos de praxe, disse que é moradora da comunidade a mais de cinquenta anos. Pediu justiça e respeito à comunidade do Porto do Capim. Com a palavra o Senhor Gleyson Melo, representante do movimento da moradia, saudou os dois acampamentos que vieram do Colinas para solidarizar com a causa. Indagou que o prefeito está fazendo isso porque a prefeitura de João Pessoa tem muito dinheiro e precisa gastar. Por fim, disse que infelizmente a prefeitura tem tratado essa questão com truculência e violência. Disse que as entidades de saúde do município não querem atender a população de ocupação. Criticou a Defesa Civil do município de João Pessoa por não tratar a comunidade como deveria. A Presidente registrou a presença do Dr. Edson Júlio, Defensor Público Federal. Com a palavra, o Senhor João Delon. Após os cumprimentos de praxe, elogiou a deputada Cida Ramos pela atuação nessa causa. Disse que escutou nas dependências da Secretaria de Habitação de João Pessoa que para ter acesso à moradia deveria ser encaminhado por algum político. Com a palavra, o Senhor Tarcio Teixeira, representante do PSOL. Após os cumprimentos de praxe, proferiu discurso no tocante ao autoritarismo na gestão municipal e presidencial. O senhor Eronildo Neto, representante do movimento moradia trabalho e renda, após os cumprimentos de praxe, salientaram aspectos pertinentes ao tema proposta da sessão. Com a palavra, o senhor Dr. Edson Julio, representante da Defensoria Pública da União. Proferiu seu discurso no tocante a expor leis alusivas ao segmento da sessão. Sem interrupções, o Senhor José Godoy, representante do Ministério Público da União, após os cumprimentos de praxe, pautou seu discurso em defender os



moradores do Porto do Capim. Não havendo Em seguida, a Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais oradores a discursar, declarou encerrada a presente sessão. Sala das sessões, João Pessoa, dia 11 de abril de 2019.

Deputado Edmilson Soares
Presidente